



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

Parecer sobre a Sugestão de Proposição nº 16/2022

RELATÓRIO

É objeto deste parecer a Sugestão de Proposição nº 16/2022, de autoria da Escola do Legislativo desta Casa, que visa propor "o encaminhamento de indicação ao Congresso Nacional pela efetivação de medida que descreva, classifique e penalize a abordagem policial agressiva e discriminatória e outras formas de abuso de poder desses servidores públicos, em vilas, favelas e bairros populares, com a promoção de mais campanhas de conscientização sobre o tema." A Sugestão em tela foi devidamente recebida pela Comissão de Participação Popular que designou como relatora a, então, vereadora Iza Lourença (em 01/06/2022). Tendo em vista a publicação da Resolução nº 2.113, de 31 de maio de 2023, que extinguiu a Comissão de Participação Popular, a Sugestão de Proposição nº 16/22 foi redistribuída para a Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor (em 06/02/2024). Dessa forma a Sugestão aportou nesta **Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor** para análise do mérito, e eu, Vereador Gilson Guimarães, fui designado relator para a matéria e passo a emitir parecer, nos termos do art. 52, VIII, "a", "d" e "i" do Regimento Interno desta Casa.

FUNDAMENTAÇÃO

Como sobredito, o projeto de resolução objetiva a "indicação ao Congresso Nacional pela efetivação de medida que descreva, classifique e penalize a abordagem policial agressiva e discriminatória e outras formas de abuso de poder

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 11/3/2024
HORA. 14:58



desses servidores públicos, em vilas, favelas e bairros populares, com a promoção de mais campanhas de conscientização sobre o tema”.

Extraí-se da justificativa de referida proposição que a ferramenta visa possibilitar aos cidadãos ou a entidades da sociedade civil a iniciativa de apresentar sugestões de alteração na legislação vigente ou de criação de novas leis, podendo também opinar sobre projetos de lei, propostas de emenda à Lei Orgânica e outras proposições em tramitação na CMBH.

A abordagem pessoal trata-se de um ato discricionário por parte dos agentes da segurança pública encarregados de aplicação da lei.

É importante abordar esse assunto com sensibilidade e compreensão da complexidade do tema. A abordagem da polícia em vilas e favelas é um assunto delicado que envolve questões sociais, econômicas e de segurança pública. Muitas vezes, a presença policial nessas comunidades pode ter impactos significativos na vida dos moradores. É fundamental que qualquer abordagem policial leve em consideração os direitos humanos, a necessidade de construir relações de confiança com a comunidade e a promoção da segurança de forma justa e equitativa, além disso, o fortalecimento de vínculos, de políticas de inclusão social e oportunidades de emprego podem ajudar a abordar as causas profundas da criminalidade.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 14, prevê a possibilidade de apresentação de projetos de iniciativa popular na Câmara dos Deputados, desde que não versem sobre tema de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme estabelecido no Artigo 61, inciso II. Isso significa que a população tem o direito de propor projetos de lei para serem analisados e votados pelos parlamentares, desde que não estejam relacionados a assuntos que só podem ser propostos pelo Presidente. Esse mecanismo fortalece a participação popular no processo legislativo.

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte aborda a participação direta da população no processo legislativo. Conforme seu artigo segundo, o exercício do poder do povo, pelo povo, no município se dá por meio de instrumentos como plebiscitos, referendos e iniciativas populares. Esses mecanismos permitem que os



cidadãos participem ativamente das decisões que impactam a comunidade local, fortalecendo a democracia participativa e a representatividade dos interesses da população de Belo Horizonte.

A inclusão da Seção VIII no Regimento Interno da CMBH, por meio da Resolução nº 2.113, de 31/5/2023, que aborda a "Sugestão de Proposição", estabelece diretrizes e procedimentos para a apresentação e análise de sugestões de proposições por parte dos membros da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Os artigos de 136-A ao 136-G contêm as orientações específicas sobre como as sugestões devem ser encaminhadas, analisadas, discutidas e votadas, de modo a garantir a participação e o envolvimento dos vereadores nesse processo de formulação de propostas legislativas.

Diversos dispositivos mencionam que a sugestão de proposição poderá ser apresentada por associação civil, sindicato e órgão de classe, fundação privada, partido político sem representação na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Para apresentar a sugestão de proposição, é necessário que ela seja feita de forma escrita, contendo a descrição clara do problema e da possível solução. Além disso, a sugestão de proposição deve estar acompanhada de documentos que comprovem a existência e a regularidade das entidades civis mencionadas anteriormente. No caso de ser apresentada por eleitores de Belo Horizonte, é necessário um abaixo-assinado contendo os nomes e os números dos títulos de eleitor de pelo menos 300 (trezentos) eleitores.

Essas são as exigências para a apresentação da sugestão de proposição de acordo com os dispositivos mencionados.

Esta proposta de encaminhamento ao Congresso Nacional pelo Parlamento Jovem é de extrema importância. O combate a abordagem policial agressiva e discriminatória, e outras formas de abuso de poder por parte dos servidores públicos, especialmente nas vilas, favelas e bairros populares.

A promoção de campanhas de conscientização sobre o tema, visando informar a população sobre seus direitos e incentivar denúncias de abusos. A



educação para a cidadania é uma ferramenta poderosa na construção de uma sociedade mais justa e comprometida com o respeito aos direitos humanos.

Para que a participação da sociedade civil nos processos de decisão seja efetiva, é necessário promover espaços de diálogo e debate entre os cidadãos e as autoridades responsáveis pela segurança pública. É importante que haja canais de comunicação abertos e acessíveis para que os cidadãos possam expressar suas preocupações, contribuir com ideias e fiscalizar as ações governamentais.

Além disso, é fundamental investir em educação e conscientização da população sobre seus direitos e deveres em relação à segurança pública. A participação da sociedade civil não se resume apenas a cobrar do governo, mas também a colaborar ativamente na prevenção da violência, por meio de ações comunitárias, mobilização social e engajamento cívico.

Em suma, a segurança pública é uma responsabilidade compartilhada entre governo e sociedade civil. A participação ativa dos cidadãos nos processos de decisão é fundamental para melhorar a segurança no Brasil, garantindo a efetividade das políticas e ações e promovendo a transparência e o controle social sobre as autoridades responsáveis pela segurança pública.

Portanto, a proposta de encaminhamento ao Congresso Nacional busca atender a demanda dos alunos das escolas participantes do Projeto Parlamento Jovem de Minas/BH, que reconhecem a necessidade de uma atuação mais efetiva no combate à abordagem policial agressiva e discriminatória. A efetivação dessa medida contribuirá para a promoção de uma segurança pública mais justa e igualitária em nosso país.

CONCLUSÃO

Feitas essas considerações, pugno pelo acolhimento da Sugestão de Proposição de nº 16/2022, na forma da Indicação anexa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2024.

GILSON DOS SANTOS
GUIMARAES:0014805
6695

Assinado de forma digital por
GILSON DOS SANTOS
GUIMARAES:00148056695
Dados: 2024.03.11 14:48:02
-03'00'

Vereador Gilson Guimarães

REDE



INDICAÇÃO Nº

Senhor Presidente,

A Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, em decorrência da Sugestão de Proposição nº 16/2022 e com fundamento no artigo 129, inciso I do Regimento Interno desta Casa, apresento a Vossa Excelência indicação, a ser encaminhada ao Congresso Nacional - na pessoa do seu presidente, Senador Rodrigo Pacheco – para que sejam promovidas medidas destinadas à efetiva prevenção e repressão das abordagens policiais violentas e discriminatórias, dentre outras formas de abuso de poder, por parte dos agentes das forças de segurança de todas as esferas (federal, estadual e municipal), especialmente no tocante às ações levadas a efeito em vilas, favelas e bairros populares, tais como a promoção de mais campanhas de conscientização sobre o tema e cursos de qualificação nas diversas instituições de segurança pública.

A presente indicação resulta de proposta votada e aprovada pelos alunos das escolas (públicas e privadas) participantes do Projeto Parlamento Jovem de Minas/BH, realizado pela Escola do Legislativo (ESCLEG) da Câmara Municipal de Belo Horizonte, cujo objetivo é a educação para a cidadania.

A despeito de a Lei n. 13.869/2019, a chamada “Lei de Abuso de Autoridade”, ter entrado em vigor em 03 de janeiro de 2020, revogando a famigerada Lei n. 4.898/1965 que tratava do tema, o texto legal tem sido alvo de críticas e questionamentos por parte da comunidade jurídica e de outros segmentos da ciência, dada à baixa efetividade de sua aplicação.

Sobredita lei não tem sido capaz de coibir a violência policial em favelas e bairros periféricos, onde se concentra a maior parte das operações das forças de segurança – polícias federal, civil e militar, guardas municipais etc. – e abordagens abusivas, revelando uma verdadeira impunidade e tolerância às condutas arbitrárias de autoridades públicas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Portanto, a proposta de encaminhamento ao Congresso Nacional busca atender a demanda dos alunos das escolas participantes do Projeto Parlamento Jovem de Minas/BH, que reconhecem a necessidade de uma atuação mais efetiva no combate à abordagem policial agressiva e discriminatória. A efetivação dessa medida contribuirá para a promoção de uma segurança pública mais justa e igualitária em nosso país.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2024.

GILSON DOS
SANTOS
GUIMARAES:0
0148056695

Assinado de forma digital
por GILSON DOS SANTOS
GUIMARAES:0014805669
5
Dados: 2024.03.11
14:48:43 -03'00'

Vereador Gilson Guimarães
Partido REDE

Excelentíssimo Senhor
Vereador Gabriel Sousa Marques de Azevedo
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte